

O AUMENTO DO NÍVEL MÉDIO DE ESCOLARIDADE DA POPULAÇÃO EMPREGADA ESTÁ-SE A FAZER À CUSTA DA EXCLUSÃO DOS TRABALHADORES DE BAIXA ESCOLARIDADE QUE SÃO OS MAIS ATINGIDOS PELO DESEMPREGO, E O GOVERNO DESINVESTE NA EDUCAÇÃO

RESUMO DESTE ESTUDO

O sistema de ensino em Portugal continua a não corresponder às necessidades de desenvolvimento, e também não criou condições que ajudassem o País a enfrentar a crise actual. Segundo a OCDE, em 2008, portanto 33 anos depois do 25 de Abril, em Portugal 72% da população portuguesa tinha apenas o ensino básico ou menos, quando a média dos países da OCDE era de 29%, ou seja, 2,4 vezes menos. E, entre 2008 e 2010, a situação não melhorou pois, segundo o INE, no fim do 1º semestre de 2010, a população com o ensino básico ou menos representava 73% da população total considerada nas Estatísticas do Emprego por níveis de escolaridade.

Uma outra distorção que se verifica em Portugal, segundo a OCDE, é a da percentagem da população com o nível de escolaridade correspondente ao secundário ser praticamente igual à percentagem da população com o ensino superior, quando a média nos países da OCDE é da primeira ser muito superior à segunda. Em 2008, segundo a OCDE, em Portugal a percentagem de população com o ensino secundário era apenas 14% da população total, enquanto a média nos países da OCDE atingia 44%; e a com ensino superior era, em Portugal, 14%, quando a média nos países da OCDE era de 28%. E entre 2008 e 2010, a situação não melhorou muito pois apesar de no fim do 1º semestre deste ano, segundo o INE, a população com um nível de escolaridade correspondente ao secundário ser 15% da total, e a com o ensino superior 12%, o universo considerado pelo INE é inferior ao da OCDE, e pode estar aí a razão da diferença verificada. A nível da população empregada também se verifica idêntica distorção, já que a diferença é apenas de um ponto percentual (1º semestre 2010: com o secundário: 17,9%; com o superior: 16,8%):

Enquanto se verifica a manutenção do baixíssimo nível de escolaridade da população total portuguesa, em relação à população empregada está-se a registar uma dramática alteração que tem passado despercebida a nível da opinião pública.

Entre 1º Trimestre de 2005 e o 1º Trimestre de 2008, portanto em três anos, a população empregada com o ensino básico ou menos passou de 72,4% do total para 70,3%, ou seja, diminuiu em apenas 2,1 pontos percentuais, enquanto entre o 1º trimestre de 2008 e o 1º trimestre de 2010, ou seja, em dois anos, baixou de 70,3% para 66,1%, portanto baixou em 4,2 pontos percentuais, isto é, o dobro do verificado nos três anos anteriores. Se analisarmos a variação do emprego em Portugal após o início da crise de 2008 por níveis de escolaridade chegamos à seguinte conclusão: Entre o 1º Trimestre de 2008 e o 2º Trimestre de 2010, o emprego em Portugal diminuiu em 199,4 mil postos de trabalho, pois passou de 5.191 mil para 4.991,6 mil segundo o INE. Mas isso foi conseguido apenas à custa da redução de 392,5 mil empregos ocupados por trabalhadores com o ensino básico ou menos. Durante o mesmo período, segundo o INE, o número de trabalhadores empregados com o ensino secundário aumentou em 115,6 mil, e o número de trabalhadores com o ensino superior cresceu em 77,5 mil. É evidente que o aumento do nível de escolaridade da população empregada está-se a fazer à custa do despedimento de centenas de milhares de trabalhadores com o ensino básico ou menos que são atirados, desta forma, ou para o desemprego de longa duração ficando assim praticamente excluídos do mercado de trabalho, ou então empurrados para a reforma prematura.

Apesar do baixo nível de escolaridade da população portuguesa o governo continua a desinvestir na educação. A partir de 2009, o orçamento comparável do Ministério da Educação tem diminuído continuamente pois passou, entre 2009 e 2011, de 6.877 milhões € para 5.650 milhões €, ou seja, sofreu um corte de 1.227 milhões € em apenas dois anos. Em valores nominais e comparáveis, o orçamento atribuído ao Ministério da Educação para 2011 (5.650 milhões €) é já inferior ao de 2005 (5.693 milhões €). Em termos reais, ou seja, eliminado o efeito do aumento de preços, o orçamento do Ministério da Educação de 2011 é inferior ao de 2005 em 664 milhões € a preços de 2005. É claro o crescente desinvestimento na educação em Portugal, apesar da gravidade do baixo nível de escolaridade da população portuguesa, e apesar da própria OCDE ter aconselhado Portugal a investir na educação, e não desinvestir como se está a fazer.

O governo tem procurado branquear a situação a nível das estatísticas por meio da distribuição de milhares de certificados do 9º ano e do 12º ano a adultos. Só em 2009, e de acordo com o Relatório de execução do POPH desse ano, que é o programa comunitário que financia as "Novas Oportunidades", foram distribuídos 53.890 certificados do 3º ciclo básico e 22.958 do 12º ano a adultos (pág. 113 do Relatório).

O sistema de ensino em Portugal continua a não corresponder às necessidades de desenvolvimento do País, e também não ajuda a enfrentar a crise. A prova disso está o baixíssimo nível de escolaridade actual da população portuguesa, e a lentidão que se está a verificar no seu aumento como revelam os dados divulgados pela OCDE e pelo INE do quadro seguinte.

Quadro 1 – Nível de escolaridade da população portuguesa e dos países da OCDE

ANOS	Percentagem da população por níveis escolaridade					
	Básico		Secundário		Superior	
	Portugal	Média OCDE	Portugal	Média OCDE	Portugal	Média OCDE
1998	82%	37%	10%	42%	8%	21%
1999	81%	37%	10%	42%	9%	21%
2000	81%	36%	11%	42%	9%	22%
2001	80%	35%	11%	43%	9%	23%
2002	79%	34%	11%	44%	9%	23%
2003	77%	33%	12%	44%	11%	24%
2004	75%	32%	13%	44%	13%	26%
2005	74%	31%	14%	44%	13%	26%
2006	72%	30%	14%	44%	13%	27%
2007	73%	30%	14%	44%	14%	27%
2008	72%	29%	14%	44%	14%	28%
2009	73%		15%		11%	
2010(1ºSemestre)	73%		15%		12%	
1998-2008	-10 p.p.	-8 p.p.	+4 p.p.	+2 p.p.	+6 p.p.	+7 p.p.

FONTES : 1998-2008: Education at a glance – 2010 -OCDE; 2009 e 2010: Estatísticas do Emprego INE

Entre 1998 e 2008, portanto num período de 10 anos, a percentagem da população portuguesa com o ensino básico ou menos, desceu de 82% para apenas 72%, um valor que é 2,5 vezes superior à média dos países da OCDE, em que a população com o ensino básico ou menos representava em 2008, em média, apenas 29% da população total. E esta situação não melhorou depois de 2008 como revelam os dados das Estatísticas de Emprego do INE, já que a população portuguesa com o ensino básico ou menos, no fim do 2º semestre de 2010, representava 73% da população total considerada pelo INE.

Uma grave distorção que se verifica em Portugal em relação ao nível de escolaridade da população total quando comparamos com a da generalidade dos países da OCDE, é a de que a percentagem da população com o nível secundário de escolaridade, fundamental em qualquer processo de desenvolvimento, em 2008, representava apenas 14% da população total, ou seja, menos de um terço da média dos países da OCDE (44%), sendo igual à população com o ensino superior (14%). Como revelam os dados da OCDE, Portugal está ainda em 2008 estava a “produzir” anualmente quase tantos licenciados como o número daqueles que conseguiam terminar o 12º ano com êxito, o que tem profundas e graves consequências no processo de desenvolvimento, porque é a população com este nível de escolaridade que tem necessariamente uma participação mais maciça em todos os países desenvolvidos. E depois de 2008, a situação não se alterou significativamente como revelam os dados do INE.

O AUMENTO DA ESCOLARIDADE DA POPULAÇÃO EMPREGADA ESTÁ-SE A FAZER À CUSTA DA EXCLUSÃO CRESCENTE DOS TRABALHADORES COM O ENSINO BÁSICO

O aumento do nível médio de escolaridade da população empregada portuguesa acelerou-se muito após o início da crise de 2008, devido fundamentalmente ao despedimento maciço (exclusão) dos trabalhadores com o ensino básico ou menos do direito ao trabalho, como revelam os dados do INE constantes do quadro seguinte.

Quadro 2 – Nível de escolaridade da população empregada portuguesa – 2005/2010

SEGMENTOS	1º Trim. 2005	1º Trim. 2007	1º Trim. 2008	1º Trim. 2009	1º Trim. 2010	2º Trim. 2010
População Empregada -Mil	5.094,4	5.135,7	5.191,0	5.099,1	5.008,7	4.991,6
Até ao 3º ciclo básico - Mil	3.687,7	3.625,1	3.648,7	3.476,4	3.312,8	3.256,2
Secundário - Mil	728,1	774,6	779,6	817,1	866,3	895,2
Superior - Mil	678,7	735,9	762,7	805,5	829,6	840,2
Até ao 3º ciclo básico - %	72,4%	70,6%	70,3%	68,2%	66,1%	65,2%
Secundário - %	14,3%	15,1%	15,0%	16,0%	17,3%	17,9%
Superior - %	13,3%	14,3%	14,7%	15,8%	16,6%	16,8%

FONTES : Estatísticas do Emprego -INE

Entre 1º Trimestre de 2005 e o 1º Trimestre de 2008, portanto em três anos, a população empregada como ensino básico ou menos passou de 72,4% da população empregada total para 70,3%, ou seja, diminuiu somente em 2,1 pontos percentuais, enquanto entre o 1º trimestre de 2008 e o 1º trimestre de 2010, ou seja, em dois anos, baixou de 70,3% para 66,1%, portanto diminuiu em 4,2 pontos percentuais, i.é., o dobro do verificado nos três anos anteriores. E em apenas num trimestre (1º Trimestre-2010/2º Trimestre-2010) baixou 0,9 pontos percentuais, ou seja, mais do que num ano do período 2005-2008. Portanto, a aceleração desta tendência após o início da crise é clara em Portugal.

A nível da população empregada, tal como se verifica em relação à população total, a percentagem de trabalhadores com o ensino secundário é pouco superior à percentagem com o ensino superior (diferença de apenas 1 ponto percentual), situação esta bastante diferente da que se verifica nos países da OCDE, em que a população com nível de escolaridade correspondente ao ensino secundário é muito superior à com o nível de escolaridade superior. Esta é uma outra fragilidade estrutural portuguesa, o que constitui um importante obstáculo ao qualquer processo de desenvolvimento, e é também mais um obstáculo importante à saída da crise actual.

Se analisarmos a variação do emprego em Portugal após o início da crise por níveis de escolaridade chegamos à seguinte conclusão dramática: - Entre o 1º Trimestre de 2008 e o 2º Trimestre de 2010, o emprego em Portugal diminuiu em 199,4 mil postos de trabalho, pois passou de 5.191 mil para 4.991,6 mil segundo o INE. No entanto, isso foi conseguido apenas à custa da redução de 392,5 mil empregos ocupados por trabalhadores com o ensino básico ou menos. Durante o mesmo período, o número de trabalhadores empregados com o ensino secundário aumentou em 115,6 mil, e o número de trabalhadores com o ensino superior cresceu em 77,5 mil. É evidente que o aumento do nível de escolaridade da população empregada está-se a fazer à custa apenas do despedimento e exclusão de centenas de milhares de trabalhadores com o ensino básico ou menos que são atirados, desta forma, ou para o desemprego de longa duração ficando assim praticamente excluídos do mercado de trabalho, e do direito a um emprego, ou então empurrados para a reforma prematura.

APESAR DA GRAVIDADE DA SITUAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM PORTUGAL O GOVERNO ESTÁ A DESINVESTIR FORTEMENTE NA EDUCAÇÃO

O quadro seguinte construído com os dados constantes dos Relatórios do Orçamento do Estado referentes aos anos 2005-2011 revela um contínuo desinvestimento no Ministério da Educação.

Quadro 3 – Orçamento do Ministério da Educação

ANOS	DESPESAS DE FUNCIONAMENTO Milhões €	DESPESA TOTAL Milhões €	DESPESA TOTAL COMPARÁVEL Milhões €
2005	5.554	5.693	5693
2006	5.812	6.099	6.099
2007	5.531	5.842	5.842
2008	5.545	6.218	6.218
2009	5.652	7.216	6.877
2010	5.801	7.194	6.498
2011	5.146	6.391	5.650
2011 (a preços de 2005)	4.580	5.688	5.029
2011-2005 (preços 2005)	-974	-5	-664

FONTE : Relatórios do Orçamento do Estado

A partir de 2009 verifica-se uma clara diminuição, mesmo em valores nominais, do orçamento do Ministério da Educação, mas essa quebra ainda se torna mais clara se se tiver presente as alterações metodológicas que o governo introduziu na elaboração do Orçamento do Estado.

Em 2009, os serviços integrados da Administração Pública foram obrigados a começar a descontar para a CGA o correspondente a 7,5% das remunerações pagas (339 milhões €); em 2010, essa contribuição obrigatória aumentou para 15% (696 milhões €); e, em 2011, para além dos 15% para a CGA foram adicionados mais 2,5% para a ADSE (741 milhões €). Portanto, se deduzirmos no orçamento do Ministério da Educação este acréscimo de contribuições verificadas em 2009, 2010, e 2011, que até 2008 (inclusive) eram transferidas directamente para a CGA e ADSE pelo Ministério das Finanças, e que depois começaram a ser pagas também através do orçamento do Ministério da Educação, obtemos aquilo que designamos por “Despesa Total Comparável” (última coluna à direita do Quadro 3), pois só assim é que os valores são comparáveis com os do período 2005-2008 do quadro.

A conclusão imediata que se tira é que o valor nominal constante do OE2011 (5.650 milhões €), é já inferior ao de 2005 (5.693 milhões €). E se deflacionarmos o valor de 2011, utilizando para isso a taxa do aumento dos preços verificada entre 2005 e 2011, o valor de 2011 (5.029 milhões €) é inferior ao de 2005 (5.693 milhões €), em 664 milhões € a preços de 2005. É evidente o desinvestimento que se está a verificar na educação em Portugal apesar da gravidade da situação, e dos pareceres dos organismos internacionais, incluindo OCDE, de que a educação é um sector que Portugal devia investir, e não desinvestir como está a fazer.

O governo tem procurado atenuar os efeitos negativos do desinvestimento claro na educação, pelo menos a nível de estatísticas, através dos fundos comunitários, nomeadamente POPH, em particular do programa “Novas Oportunidades”. No período 2007-Set2010, as verbas utilizadas com tal fim atingiram (cursos de formação educação para jovens) cerca de 210 milhões € (em média cerca de 50 milhões €/ano), mas, como é evidente, as “Novas Oportunidades” não substituem o sistema oficial de educação, até pela falta de qualidade destas. A distribuição de milhares de certificados do 12º ano a adultos (só em 2009, foram 22.958) visa fundamentalmente branquear as estatísticas profundamente negativas, já que não está a ter efeitos a nível de empregabilidade como os poucos estudos de avaliação realizados têm revelado. O que está mais próximo são os cursos profissionais para jovens em que, durante o mesmo período, foram gastos 401,3 milhões € (cerca de 100 milhões €/ano) mas estes estão-se a transformar, gradual e infelizmente, num reservatório para os alunos que não conseguem obter sucesso escolar no sistema oficial de educação, devido também à crescente e generalizada falta de qualidade determinada pelo insuficiente investimento realizado nestes cursos.

PORTUGAL CONTINUA A GASTAR NO ENSINO MUITO MENOS DO QUE A MÉDIA DOS PAÍSES DA OCDE E DA UNIÃO EUROPEIA

O quadro seguinte, construído com dados da publicação da OCDE divulgada este ano – “Education at a glance: 2010” –, revela que Portugal continua a gastar por estudante menos que a média dos países da OCDE e da União Europeia.

Quadro 4 – Despesas por aluno USD PPP em Portugal e nos países da OCDE e da U.E.

PAÍSES	Básico	Secundário	Superior	Todos os níveis
Portugal	5.011	6.833	10.398	6.677
OCDE	6.741	8.267	12.907	8.216
União Europeia (19 países)	6.752	8.346	12.084	8.013
OCDE/Portugal	34,5%	21,0%	24,1%	23,0%
UE19/Portugal	34,7%	22,1%	16,2%	20,0%

FONTE: Education at a Glance 2010 - OCDE

Portugal continua a gastar por estudante, em todos os níveis de ensino, menos 23% que a média dos países da OCDE, e menos 20% do que a média dos países da União Europeia.

Mas a diferença em euros é muito maior, já que os valores divulgados pela OCDE têm como base dólares americanos em Paridade Poder de Compra, portanto em que se eliminou o efeito de diferenças de preços existente entre os diversos países, o que faz aproximar significativamente os valores de Portugal dos valores dos países mais desenvolvidos. E apesar disso, um sector em que o governo de Sócrates decidiu desinvestir fortemente em 2011, para reduzir o défice orçamental, foi o da Educação mais atingido, o que só pode agravar ainda a situação portuguesa neste campo.

Eugénio Rosa
Economista
edr2@netacbo.pt
2.11.2010